



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA N º03/2012

ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos oito dias do mês de Março, do ano dois mil e doze, pelas vinte horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em 2ª Sessão Extraordinária de 2012, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Lopes de Paiva, como Presidente, António José Real da Fonseca e José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – TRANSPORTES NO CONCELHO DE ODIVELAS-----

PONTO 2 – PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO DE ODIVELAS -----

PONTO 3 - RELATÓRIOS DAS COMISSÕES-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pelo seu substituto legal **Eugénio Marques**. -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pelo seu substituto legal **Sofia Mateus**. -----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **João Curvêlo**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada do **CDS/PP**, o Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil**, pelo Membro **André Carreira**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Adventino Amaro**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **39** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência do Membro Fátima Amaral, pela bancada da CDU.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores: Sandra Pereira, Maria da Luz Nogueira, Rui Francisco, Fernanda Franchi, Hugo Martins, pelas bancadas do PSD, CDU e PS, respectivamente. -----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

Pelo Sr. Presidente foi colocado à consideração do plenário iniciar os trabalhos pelo Período Intervenção de Público, tendo sido Aprovado por Unanimidade.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram duas intervenções.-----

Usou da palavra a **Sr.^a Isabel Pedro**, tendo feito referência ao Bairro do CTT, em Caneças.-----

Usou da palavra a **Sr.^a Maria do Carmo Cardoso da Luz**, tendo feito referência ao Bairro do CTT, em Caneças.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, que informou que irá prestar os respetivos esclarecimentos por escrito.

O **Sr Presidente da Assembleia** propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

João Curvelo, pela bancada do **BE**, apresentou os seguintes documentos, que seguidamente se transcrevem:

Moção sobre “Dia Internacional da Mulher”, (documento nº1)

“No dia 8 de Março de 1857, as operárias de uma fábrica têxtil nova-iorquina começaram uma greve pela redução do horário de trabalho e pelo direito à maternidade. Com uma jornada de trabalho de dezasseis horas diárias, recebiam menos de um terço do salário dos homens. Mais de uma centena destas mulheres acabaria por perder a vida na sequência de um incêndio que deflagrou nas instalações fabris onde se encontravam.

Por essa razão, o dia 8 de Março é, desde 1910, comemorado como Dia Internacional da Mulher. Uma homenagem às mulheres que perderam a vida nesse processo grevista, mas também a todas aquelas que, ao longo da história, chamaram à participação pública a luta pelos direitos, pela igualdade e pela dignidade.

Portugal vive hoje uma das mais graves crises económicas e sociais da sua história. Esta crise, afetando uma parte muito significativa da população, escreve-se sobretudo no feminino. Sabemos hoje que, passados mais de cem anos da greve de 8 de Março, a desigualdade é ainda amplificada pela relação de género: as mulheres trabalham em média mais do que homens (entre trabalho remunerado e não-remunerado); e ganham, no contexto europeu, menos 16,4% (segundo dados da Comissão Europeia). O próprio direito à maternidade, como outros, não está ainda hoje totalmente implementado.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 8 de Março de 2012, delibera:

- 1. Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher, saudando igualmente todas as conquistas históricas que foram feitas na luta pela igualdade;*
- 2. Enviar esta Moção à Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade; Comissão para a Igualdade de Género (CIG); União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR); Movimento Democrático das Mulheres (MDM).”*



Assembleia Municipal de Odivelas

Moção sobre “Classificação do Posto de Comando do MFA como Monumento Nacional” (documento nº2)

“No passado dia 10 de Fevereiro, foi publicado em Diário da República o anúncio da abertura do procedimento administrativo de classificação do edifício do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas como monumento nacional. Este edifício, situado no quartel do Regimento de Engenharia nº 1, teve um papel central na Revolução que instaurou um regime democrático, devolvendo a liberdade a Portugal.

Sendo apenas o início de um processo que terá desenvolvimentos nos próximos meses, esta publicação em Diário da República é uma excelente notícia para a preservação do património histórico nacional e, em particular, para o concelho de Odivelas.

A luta pela valorização do espaço e, por extensão, pela defesa da memória histórica que este carrega tem vários anos e diversos protagonistas. Destaque-se, por exemplo, o facto de mais de duas mil cidadãos e cidadãs terem assinado a petição que o Movimento Posto de Comando Sempre fez chegar à Assembleia da República. Estas milhares de pessoas exigiram do Estado português o reconhecimento da memória histórica, prestando uma justa homenagem a todos os que lutaram pela democracia – antes e depois da Revolução de 1974.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 8 de Março de 2012, delibera:

- 1. Saudar o início do processo de classificação do Posto de Comando, bem como todos e todas quantas lutaram para que tal fosse possível;*
- 2. Apelar a todas as instituições que serão ouvidas no decorrer do processo para que se envolvam na valorização do espaço e façam todos os esforços necessários para a valorização do mesmo;*
- 3. Endereçar a presente Moção ao Movimento Posto de Comando Sempre, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Defesa, ao Secretário de Estado da Cultura, à Câmara Municipal de Odivelas, à Câmara Municipal de Lisboa, ao IGESPAR e aos representantes de todos os Grupos Parlamentares.”*

Perguntas ao Executivo da Câmara Municipal sobre o “Cumprimento do Decreto Lei nº 163/2006” (documento nº3)



Assembleia Municipal de Odivelas

“Na reunião da Assembleia Municipal de Odivelas realizada a 15 de Abril de 2010 foi aprovada uma moção, apresentada pelo Bloco de Esquerda, que recomendava às autoridades competentes a urgente mobilização de esforços para o cumprimento da Decreto-Lei nº 163/2006.-----

Em causa está, recorde-se, a garantia do tempo estabelecido por Lei (40 centímetros por segundo) para que todos os cidadãos e cidadãs (incluindo aqueles que têm mobilidade reduzida) possam atravessar a passadeira em segurança.-----

Posto isto, e tendo já passado quase dois anos da aprovação desta moção, o Bloco de Esquerda vem por este meio perguntar à Câmara Municipal de Odivelas:-----

1. Já foi tomada, pelo executivo da Câmara Municipal de Odivelas, alguma medida no sentido de garantir o cumprimento da Lei?-----

2. Caso não tenha sido tomada nenhuma medida até à data, quando estima a Câmara Municipal de Odivelas que essas medidas, necessárias e urgentes, sejam tomadas?-----

Proposta de Recomendação sobre “Segurança no Centro de Exposições de Odivelas” (documento nº4), encontrando-se os respetivos anexos à referida proposta, na pasta da presente reunião, pelo que se dão como reproduzidos.-----

“ O Centro de Exposições de Odivelas (CEO) foi inaugurado a 25 de Abril de 2007. Desde então, segundo a comunicação da própria Câmara Municipal, este propõe-se ser um espaço “vocacionado também para o lazer (...), sendo um ponto de paragem e contemplação do espaço público, ponto de encontro ou simplesmente de descanso, inserido num espaço privilegiado”.-----

No espaço exterior do CEO, por exemplo, o espaço entre o gradeamento e o solo chega a atingir os 30 centímetros (distância esta que é repetida diversas vezes na parte interior do espaço). Não existe em Portugal legislação específica sobre estes casos. Contudo, uma pré-norma de 2009 sobre características dimensionais e métodos de ensaio (a qual se anexa a esta proposta de recomendação) mostra que o edifício do CEO não cumpre critérios mínimos de segurança, sobretudo para as crianças. Um espaço que não garante a segurança de quem o frequenta não pode nunca ser “um espaço vocacionado para o lazer”. -----

Tomando conhecimento desta situação, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 8 de Março de 2012, recomenda à Câmara Municipal de Odivelas que efetue as intervenções necessárias à supressão destas lacunas de segurança, com a máxima urgência.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Proposta de Recomendação sobre "Ciclovía de Odivelas" (documento nº5)

"A construção de uma ciclovía no concelho de Odivelas, situada na sua quase totalidade na Rua dos Bombeiros Voluntários, data de há já vários anos. Contudo, esta nunca teve um uso efetivo: para além do mau planeamento, esta ciclovía serve hoje exclusivamente como uma extensão do estacionamento abusivo no centro da cidade. Esta situação, para além de criar o caos no trânsito e de afetar grandemente a organização do espaço público, põe em causa a segurança de automobilistas, peões e ciclistas.

Nos últimos anos, vários ciclistas se têm queixado destas condições de segurança, tendo a Câmara Municipal de Odivelas sido já contactada várias vezes para corrigir esta situação (nomeadamente através de cartas públicas). A própria presidente da Câmara Municipal de Odivelas admitiu que esta foi uma obra mal planeada, que necessita de correção urgente. No entanto, até hoje, nada foi feito.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 8 de Março de 2012, recomenda à Câmara Municipal de Odivelas:

- 1. Que remova a ciclovía atualmente existente, salvaguardando assim a segurança de condutores, peões e ciclistas;*
- 2. Que inicie estudos no sentido da construção de uma nova ciclovía, direcionada para o lazer e para a prática desportiva, no concelho de Odivelas."*

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, apresentou uma **Moção** sobre "**Reforma da Administração Local – Freguesia**", (documento nº6) que seguidamente se transcreve:

"Considerando:

A intenção de levar por diante uma reforma da divisão administrativa do território focada no nível das freguesias, consubstanciada primeiro no Documento Verde da Reforma da Administração Local e, depois, numa Proposta de Lei que acaba de ser aprovada na generalidade na Assembleia da República;

Que essa lei vai ter implicações significativas para o futuro em muitos concelhos do país e, em particular, para os concelhos urbanos mais populosos, com complexos desafios territoriais e de gestão da proximidade;

Que a referida Proposta de Lei vai ainda ser debatida em sede de especialidade na Assembleia da República;

A Assembleia Municipal de Odivelas delibera:

- 1. Sublinhar que o estabelecimento de percentagens únicas de redução do número freguesias para todos os concelhos de Nível 1 não tem em consideração situações de partida muito diferentes entre si;*



Assembleia Municipal de Odivelas

- no que concerne ao número de freguesias atualmente existentes (e a reduzir). Obedecendo a este critério, em vez de um maior equilíbrio do território nacional, municípios com que têm apenas 8 ou 10 freguesias serão obrigados a reduzir em idêntica proporção àqueles que têm 30, 40 ou mais freguesias, perpetuando discrepâncias e assimetrias sem razão de existir.-----

- no que concerne à dimensão das freguesias a reduzir, em termos do número médio de habitantes por freguesia. Mediante o critério dos 55%, municípios com freguesias de grande dimensão em relação à média nacional, e cuja média concelhia em alguns casos já ultrapassa os 20.000 habitantes, verão agravadas as suas condições de gestão do território por serem confrontadas com a criação, por agregação, de unidades territoriais ainda maiores e mais complexas.-----

2. Recomendar à Assembleia da República que sejam incorporadas na Lei propostas no sentido da ponderação de necessidades distintas de redução de freguesias consoante diferentes situações de partida dos concelhos; e, em especial, ter em consideração as especificidades e complexidades dos concelhos urbanos mais populosos e que tenham já poucas freguesias.-----

Nomeadamente, e nos casos mais extremos, faz sentido que seja prevista uma isenção da redução de 55% de freguesias para os municípios que têm já, atualmente, menos de 10 freguesias ou cujas freguesias tenham já uma média populacional superior a 20.000 habitantes.-----

Sublinhar a importância de serem introduzidas na Lei mudanças neste sentido, de modo a corrigir os seus aspetos mais gravosos e a garantir equilíbrio e equidade no tratamento dos concelhos e das suas situações e necessidades muito distintas."-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**.-----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentado uma Moção sobre "**Proposta de Lei do Arrendamento Urbano**", documento nº 7, que seguidamente se transcreve:-----

"Por iniciativa do Governo PSD/CDS-PP está presente, na Assembleia da República, uma proposta de Lei que, caso venha a ser aprovada e promulgada, altera profundamente o quadro legal existente.-----

Considerando que a proposta do Governo assenta na fragilização absoluta dos direitos dos inquilinos e arrendatários;-----

Condena à precariedade e à desestabilização os direitos de ocupação de habitações e de locais de atividade económica e social, levando ao despejo sumário de milhares de famílias, em particular das mais carenciadas, e ao encerramento de grande número de pequenas e micro atividades;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Visa exclusivamente facilitar as regras e os procedimentos de despejo, fragilizar e, em muitas situações, anular as garantias de transmissibilidade do contrato de arrendamento, e reduzir drasticamente o acesso à habitação;-----

Nada refere sobre condições de habitabilidade. Não melhora a regulamentação do mercado de arrendamento com o reforço dos direitos e garantias das partes contratantes. E não combate o mercado paralelo;-----

Assenta num conjunto de objetivos falsos e demagógicos tais como:-----

- a inexistência de mercado livre de arrendamento, o qual existe e totalmente liberalizado desde 1990;-----*
- inexistência de habitações para arrendar, quando existem no país mais de 110 mil fogos à espera de serem arrendados;*-----
- redução do endividamento das famílias quando, ao contrário, estas vão ver exponencialmente aumentadas as suas despesas de habitação;*-----
- reabilitação das cidades, esquecendo que a atual degradação é devida à especulação financeira sobre os solos, dominante ao longo de décadas e em cujo espírito é construída a atual proposta de lei."*-----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma Moção sobre "**As Freguesias e Reforma Administrativa Local**", documento nº 8, que seguidamente se transcreve:-----

"Considerando o Documento Verde, apresentado pelo Governo, sobre a reforma administrativa, do qual resultou, recentemente a proposta de lei 44/XII, que prevê a redução substancial de freguesias em todo o País.-----

Considerando que esta proposta, nos seus parâmetros, inclui a redução de freguesias no concelho de Odivelas, entre três a quatro.-----

Considerando a recente criação do município de Odivelas, a sua área geográfica e a atual população, cerca de 150 mil habitantes, divididos por sete freguesias, cuja história e tradição não se confundem.-----

Considerando que qualquer redução de freguesias, contribuirá para afastar as populações dos seus órgãos eleitos, prejudicando o critério de proximidade, com bons resultados obtidos na concretização dos seus anseios.-----

Considerando que muito do desenvolvimento local, só foi possível graças ao trabalho dos eleitos nas freguesias.-----

Considerando que qualquer agregação de freguesias no nosso território em nada beneficiaria, tão-pouco contribuiria para atingir os objetivos previstos pelo Governo, com base em poupança de meios financeiros.

Considerando ainda a oposição manifestada pela população do concelho em todas as suas sete freguesias.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida extraordinariamente, em 8 de Março de 2012, decide:-----

1. Reprovar quaisquer iniciativas que prevejam a redução de qualquer uma das sete freguesias do concelho de Odivelas e defender que sejam tomadas medidas legislativas em defesa da dignificação e reforço do atual modelo de Poder Local;-----
2. Que o atual mapa de organização administrativa do concelho de Odivelas corresponde às necessidades e expectativas das populações;-----
3. Manifestar a sua inteira solidariedade para com os trabalhadores das freguesias atingidos nos seus direitos, remunerações e estabilidade no emprego;-----
4. Apelar à população do concelho de Odivelas para que se associe a esta tomada de posição pela defesa dos seus interesses e pelo desenvolvimento da sua terra;-----
5. Reafirmar o seu total empenho no reforço de um poder local democrático, com competências próprias, para melhor defender os interesses das populações, contribuindo assim para um imperativo nacional, na luta por um Portugal com futuro.”-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do MPT; CDS/PP, PSD, CDU, BE, Independente e com a abstenção da bancada do PS.-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

“A Reforma da Administração Local é uma reforma polémica como normalmente são todas as reformas. Há quem concorde, há quem discorde.-----

Relativamente ao mapa das freguesias há os quem entenda que deve ficar tudo como está, outros pensam que poderia haver possibilidade de fazer alguns ajustamentos e agregação de freguesias, outros ainda que acham que nem sequer faz sentido existirem freguesias.-----

O que não nos podemos esquecer é que, não há alternativa ao compromisso que foi assinado com a Troika, pelo anterior governo, no sentido de redução de autarquias.-----

Também sabemos que a haver ganho financeiro com esta medida ele será meramente residual. -----

Recapitulando, quem avançou em primeiro lugar com a ideia da redução de freguesias foi o Eng.º José Sócrates. O que na altura foi dito é que, estaria prevista uma redução de cerca de 1000 freguesias.-----

Foi esta a proposta apresentada aos senhores da troika pelo Partido Socialista, e posteriormente assinada pelo PSD e pelo CDS/PP.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Não sabemos de que forma é que o governo do Partido Socialista pensava levar a cabo a redução de freguesias, porque entretanto o governo caiu.-----

O que sabemos é que o Partido Socialista é um dos chamados partidos do “arco da governação” e que nos últimos 17 anos de governação em Portugal, 13 foram da sua responsabilidade.-----

O Partido Socialista não deveria fugir à sua responsabilidade e se considera que esta proposta de lei é má, está no seu direito, poderia e deveria ter apresentado uma alternativa na Assembleia da Republica. --

Não sabemos se o processo foi conduzido da forma mais correta por parte do governo, o que sabemos é que o Partido Socialista não deveria “fugir” à responsabilidade histórica, como grande partido que é e com toda a responsabilidade que tem em todo este processo de redução de autarquias, diga-se freguesias.---

Também aqui, no concelho de Odivelas o Partido Socialista tem uma responsabilidade histórica, não só porque foi sempre o partido mais votado mas também porque venceu a maioria das freguesias do concelho.-----

Por outro lado, temos hoje a noção clara que a opção da CDU é rejeitar liminarmente qualquer discussão sobre este tema e aproveitá-lo como arma de arremesso contra o governo fazendo uma campanha de rua. Em certa medida compreende-se, porque é a sua forma de fazer política.-----

Não nos podemos esquecer apesar de uma posição forte na Grande Área Metropolitana de Lisboa a CDU só venceu eleições em 28 concelhos em todo o país.-----

É neste quadro que deixamos aqui um desafio ao Partido Socialista para que, assuma uma posição clara sobre a proposta lei que foi aprovada no parlamento respeitante à agregação de freguesias e que apresente uma alternativa ao mapa proposto. -----

Outros municípios já o fizeram, Lisboa, Sintra, Amadora e Cascais já decidiram agregar freguesias.-----

A Moção que hoje é aqui apresentada pelo Partido Socialista poderia e deveria ter sido apresentada na Assembleia da Republica como parte de um projeto alternativo, mas não foi, pelo contrário é trazida aqui e provavelmente irá ser aprovada, mas não é aquilo que neste momento se pede às Assembleias Municipais.-----

O que se pede às Assembleias Municipais é que decidam a apresentam as suas propostas fundamentadas.-----

Provavelmente, a posição mais cómoda será não apresentar qualquer proposta e deixar para a comissão que vai ser nomeada pelo governo e responsabilidade dessa decisão, e depois lavamos as mãos.-----

Mas se isso acontecer, e se a decisão não for aquela que nos agrada (provavelmente para alguns nunca será) poderá acontecer que fiquemos com aquela sensação de não se ter feito tudo o que estava ao nosso alcance, e isso, não gostaríamos que acontecesse.”-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:--



Assembleia Municipal de Odivelas

"Venho falar sobre a moção que apresentámos que penso que é clara. Esta moção vem no seguimento de outras moções que já aqui apresentámos. -----

Para que não restem duvidas, eu acho que o PS, e mesmo a nível nacional, acho que isso tem acontecido, o PS nunca foi equivoco na sua posição perante a reforma das freguesias.-----

O território português mudou muito nestas ultimas décadas, e muito ainda mais desde que o mapa das freguesias foi constituído no seculo XIX, o essencial vem desde o seculo XIX.-----

O território mudou muito, e Odivelas é um exemplo disso, todas as áreas urbanas o são. E o PS, há já muito tempo defende que seria importante avançar para uma reforma das freguesias. O PS entende também, que este tipo de reforma não deve ser feito com base numa maioria de orientação política, seja ela qual for de esquerda ou direita, era de todo o interesse do País, porque ao contrario do que ouvi dizer alguns membros do governo, incluído o titular desta pasta, o secretário de Estado das autarquias locais, não é uma reforma para os próximos 10 ou 15 anos, é uma reforma para décadas senão para mesmo de um seculo ou dois. Portanto aquilo o que PS tem dito, é que era importante reordenar as freguesias, tendo um balanço eventual de redução do seu efetivo. Agora o PS entendeu sempre que isto é uma matéria para discutir em consensos, até porque havia mais matérias relativas às autarquias locais que estavam discussão. -----

O PSD preferiu outro caminho, que se saiba até agora não há qualquer proposta sistema eleitoral local, não há nenhuma proposta depois de muito se ter falado do documento verde, e um conjunto de outros aspetos, coisas muito pouco concretas sobre outras matérias, e resolveu avançar sozinho com uma base ideológica e política bem definida, mas mais circunscrita; resolveu avançar sozinho no parlamento, sem ter a preocupação de negociar antecipadamente o que quer que fosse, sem ter preocupação de conversar com quem estava disponível para o fazer, e sem ter o cuidado de apresentar uma proposta de lei, que respondesse às duvidas e questões que foram colocadas pelo PS na altura própria sobre esta matéria, nomeadamente, alias se o governo fez alguma coisa, foi ter ido ainda mais longe, que é em vez daqueles critérios um pouco complicados e discutíveis que o governo tinha, mas que tinham o seu mérito apesar de tudo, porque não é fácil fazer uma reforma deste tipo. O PSD resolveu avançar com uma solução de "pronto a vestir", tudo igual para todos, 55% para os municípios urbanos sem qualquer distinção, sem ter em consideração aspetos particulares dos territórios, historia, as necessidades do território em particular. Esperar que o PS possa negociar nesta base é útil para o jogo político, e nós percebemos isso.-----

Mas a posição do PS sempre foi clara, e temos que ter noção que não é o PS que tem a maioria no parlamento, há uma maioria parlamentar que tem o poder, digamos assim, para aprovar o que bem entender e desejar.-----

O PS entende que não era esse o caminho, e a reforma deveria ser mais consensual e mais alargada.----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr deputado Luís Salmonete, que anda na política há muito mais tempo que eu, sabe bem que quando as coisas se fazem de certa maneira é para terem certos resultados, e quando se querem fazer as coisas para construir consensos, há certamente outras maneiras para o fazer.-----

Quero então esclarecer esta questão, e neste ponto a intervenção do Sr. deputado Luís Salmonete foi muito cristalina e importante, focou o ponto essencial, não houve vontade de construir o consenso.-----

O Sr. deputado pode dizer que o PS podia ter uma alternativa na manga, podia torna-la publica, o que é fato é que há uma maioria parlamentar, e que apresentou a sua proposta, que não dá margem para fazer grandes alterações, porque toda logica de régua e esquadro, é uma logica errada, e que deveria ser melhor ponderada.-----

Por outro lado, Sr. deputado lamento ter de o fazer, mas o que tenho que fazer é devolver o desafio ao PSD, porque no que diz respeito a Odivelas, e é na assembleia municipal de Odivelas que nos encontramos, se alguém tem mantido uma posição clara e inequívoca nesta matéria, é o PS. Que já trouxe a esta assembleia este assunto, em moções e em intervenções, e nós temos uma posição clara nesta matéria, alias o PS quer em comunicados da comissão política, quer nesta sede, quer na câmara municipal, tem sido cristalino a defender as sete freguesias. A posição do PS são as sete freguesias, não há outra posição, nós temos sistematicamente feito isso, porque entendemos várias coisas, entendemos que em Odivelas não se deveriam aplicar critérios de redução de freguesias, porque Odivelas é um território com muito poucas freguesias para a população que tem, alias com população em crescimento em muitas décadas, portanto se alguma coisa que deveria haver, era mais freguesias e não menos. Mas as sete freguesias.-----

Entendemos que Odivelas não precisa de reduzir, aliás é mau para Odivelas que se reduzam freguesias.- Portanto o que nós temos feito sempre é a defesa intransigente e insistente neste lugar. Quando o Sr. deputado Luís Salmonete evoca aqui, uma comissão técnica na otica do parlamento, que se deveria apresentar uma proposta alternativa, o que me parece é que o PSD já está a recuar e está quer apresentar outra proposta qualquer.-----

A posição do PS é defender as setes freguesias, obviamente que há uma lei e nós um dia vamos ter que nos pronunciar sobre ela. Agora a nossa batalha até que a lei seja aprovada na forma final, isto é, depois da especialidade, a nossa batalha aqui em Odivelas, é que não seja feito este erro histórico, de reduzir o número de freguesias em Odivelas."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**.-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**.-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**;-----

João Curvelo, pela bancada da **BE**;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**-----

Pelas 21h20m, os trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas 21h40m, os trabalhos foram retomados.-----

Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Raquel Rodrigues, pela bancada da **CDU**-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**-----

Paulo Pinheiro, pela bancada do **PSD**;-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**-----

João Curvelo, pela bancada do **BE**;-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**-----

João Curvelo, pela bancada do **BE**;-----

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----

Documento nº1, foi **aprovado por Unanimidade**.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"Porque de facto 8 de Março de 1857, 8 de Março de 1910, 8 de Março de 2012, datas que justificam um voto favorável à Moção Dia Internacional Mulher.-----

"Porque elas se levantam às 7 da manhã, acendem o lume, põem a água a ferver para o café, e elas chamam as crianças e homens, e até vão ao estábulo acordar as bestas. Elas lavram a terra, elas dão o seu útero para que vida aconteça.-----

Obviamente sempre com eles." Maria Velho da Costa-----

E portanto Dia Internacional da Mulher, razão suficiente para um voto favorável."-----

Documento nº 2 foi **Aprovado por Unanimidade**.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"Votámos favoravelmente esta moção, porque Odivelas tem no seu território aquilo que foi e é ainda, o símbolo do 25 Abril, Dia da Liberdade. Faz todo o sentido que o posto de Comando do MFA seja mantido, evocado, transmitido para as gerações futuras. E só isto, e por tudo aquilo que representa o 25 de Abril, justificam o nosso voto favorável."-----

Documento nº 4 foi, **Rejeitado**, com os votos a favor das bancadas do BE e da CDU, com as abstenções das bancadas do PSD, CDS, MPT e com os votos contra das bancadas PS e Independente.-----

Documento nº 5 foi **Rejeitado** com os votos a favor das bancadas da CDU, BE e CDS/PP, com os votos contra das bancadas do MPT, PSD, PS e Independente.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **João Curvelo**, pela bancada do **BE**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"O poder político, e quando falo em poder político não me refiro ao poder político executivo, falo do poder em geral, obviamente que não cria acidentes mas pode potenciá-los. Todo o que acontecer naquele tanto naquele espaço, tanto na ciclovia, terá responsáveis. A Srª Presidente da Câmara Municipal, já disse que não concorda com aquela ciclovia, alias tem todos os motivos para isso, várias cartas abertas à câmara municipal de Odivelas, no google facilmente encontraram, pessoas que enviarem para esta autarquia um pedido para retirarem aquela ciclovia, creio que câmara municipal terá toda essa documentação."-----

Portanto não cumpre critérios de segurança, é um espaço que potencia acidentes e para além disso, pura e simplesmente não é usado, porque se nós quisemos fazer uma ciclovia para haver estacionamento em segunda fila, fazíamos uma fila de estacionamento em segunda fila e não precisávamos da ciclovia.-----
Por esta razão votámos favoravelmente a retirada da ciclovia."-----

Documento nº6, foi, **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, BE e Independente, com os votos contra das bancadas do CDS/PP e com a abstenção PSD, CDU e MPT.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Luís Salmonete** e **Armindo Fernandes**, pelas bancadas do PSD e da CDU, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Luís Salmonete-----

*"Abstivemo-nos pelas razões atrás referidas, e porque pensamos que apesar de ser um contributo válido, por essas razões nos abstivemos, mas este contributo deveria ser apresentado pelos Srs Deputados do PS na Assembleia Republica, só por esse facto.-----
Agora estamos já noutra fase, penso eu, que chegue a bom porto.-----
E por esta razão nós abstivemos."-----*

Armindo Fernandes-----

"A CDU absteve-se à proposta do PS, não porque não concorde em algumas partes com a proposta, mas sobretudo porque cria uma exceção que nos parece que não é correta, tendo em conta que a CDU, o que propõe é que haja de todas as freguesias, sem exceção e não só para o concelho de Odivelas."-----

Documento nº7, foi **Rejeitado**, com os votos a favor das bancadas da CDU e do BE, com os votos contra das bancadas PSD e CDS/PP e com as abstenções das bancadas do PS, MPT e do Independente.-----

Documento nº8, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS, Independente, com os votos contra da bancada do CDS/PP, com as abstenções das bancadas do PSD e MPT.-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Após este período, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 1 – TRANSPORTES NO CONCELHO DE ODIVELAS

Presente para apreciação, parecer sobre proposta de adequação da oferta da rede de transportes coletivos e simplificação do sistema tarifário da área metropolitana de Lisboa, nos termos do documento que se encontra arquivado na pasta da presente reunião.

No âmbito da apreciação do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, apresentou uma intervenção que seguidamente se transcreve: ---

"Temos aqui parecer dado pela junta metropolitana, onde se realça a capacidade de diálogo do sr secretário de Estado das Obras Publicas e Transportes, eu sei que isto enfureceu muitas pessoas da CDU, provavelmente entenderiam que deveria haver uma proposta que deveria ser mais acutilante, e quase que é uma coisa impensável para certos partidos, que haja um camarada seu que faça a defesa da postura de diálogo, que teve o governo.

Depois também tivemos a explicação do sr. vereador Hugo Martins, que foi à comissão poder local, e que também realçou a postura que teve sr secretário de Estado, e o desenvolvimento todo no órgão que não é oficial, mas que reúne regularmente, que é o grupo de vereadores dos transportes da AML.

Portanto ficámos esclarecidos, e penso que dada a situação atual e as expetativas negativas que havia relativamente aos transportes do concelho de Odivelas, penso que não muito mais dizer, a não ser realçar estes aspetos, que são sempre importantes."

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**,

Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Machado**, pela bancada do **PSD**

Substituto legal do Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **Eugénio Marques**, pela bancada do **PS**

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**

Pelas 23h00m, registaram-se as saídas dos membros Vítor Fonseca e Bruno Duarte



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente Assembleia** deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

PONTO 2 – PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO DE ODIVELAS -----

Presente para deliberação, o “Plano para a Igualdade do Género de Odivelas”, datado de Setembro de 2011, remetido pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovado na 3ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 08.02.2012, que se encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

O **Sr. Presidente** deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, para uma breve apresentação do referido Ponto. -----

Pelo **Sr. Presidente** foi dada a palavra à Sr.ª Conselheira Municipal para Igualdade do Género em Odivelas, Eduarda Barros de modo a efetuar uma apresentação do ponto.-----

Pelas 23h25m, registou-se a saída do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes-----

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**, que será convertida em declaração de voto.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU** -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

O **Sr. Presidente Assembleia** deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Susana Guerreiro e Lúcia Lemos**, pela bancada do **PS e CDU**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos-----

"Não obstante a demora com que este documento é apresentado e os dados desatualizados, cremos que pode ser um instrumento propício a que no território de Odiveelas, para além de uma terra de oportunidades, se possa dizer e aí sim, com verdade uma terra de igualdades entre homens e mulheres. Razão pela qual votámos a favoravelmente."-----

Por deliberação unânime o **Ponto 3** foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h05m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----